

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Volta de leilões do setor de energia não tem data, diz ministro	2
Título: Entidade do setor de petróleo prevê dois anos difíceis	3
Título: Petrobras usa leilões para reduzir estoques	5
Título: Inadimplência chega a 20% na distribuição de energia	7
Título: Crise muda perfil de geração elétrica	8
Título: Curtas	10
Título: Contra crise, Cosan reforça o caixa em R\$ 7 bilhões	10
Título: Vendas de aço voltam a 1995 e setor pede reativação econômica	13
Título: CVM nega incluir provas em caso sobre a estatal	15
Título: Sudeste, Norte e Nordeste devem liderar queda do PIB neste ano	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: BANDEJÃO DIRETO DE BRASÍLIA	19
Título: O setor do etanol, outra vítima do coronavírus	20
Título: Covid-19 leva Grupo Sices à recuperação judicial	22
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Guedes chama de PAC plano de retomada da ala militar	22
VEÍCULO: O Globo	26
Título: Com crise no setor, governo adia leilões de petróleo.....	26
Título: Dólar bate recorde, a R\$ 5,52, e mercado vê risco de nova escalada	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/04/2020****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: Volta de leilões do setor de energia não tem data, diz ministro**

O governo ainda mantém suspensa a agenda de leilões do setor elétrico e de campos exploratórios de petróleo frente às incertezas da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Em videoconferência com jornalistas, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse ontem que a maior dificuldade do momento é a imprevisibilidade, que trava a tomada de decisão dos investidores e inviabiliza os processos públicos de contratação.

Albuquerque tem evitado projetar a data de retorno à normalidade, que pode levar 90, 120 dias ou mais. “Infelizmente, não temos essa previsão”, comentou durante a entrevista coletiva.

Na avaliação do ministro, o setor energético vive uma crise “sem precedentes”. “Já vivemos outras crises. Agora, precisamos considerar as lições aprendidas para modular nossas ações”, ressaltou Albuquerque.

O cenário indefinido afeta os leilões de transmissão e geração de eletricidade e ofertas de campos de petróleo da 7ª e da 17ª rodadas. Está mantido apenas o certame da modalidade de “oferta permanente” de campos de petróleo no segundo semestre, em resposta ao pedido de pequenos e médios produtores.

Mesmo sem horizonte para o fim da crise, o ministério mantém o cronograma do leilão de excedentes do contrato da cessão onerosa, para junho de 2021. O leilão negociará os campos de Sépia e Atapu, não adquiridos em oferta anterior.

Apesar das urgências do setor, o Ministério de Minas e Energia oferecerá como contribuição ao Pró Brasil, programa criado para estimular a atividade econômica em meio à crise, apenas duas medidas já anunciadas pelo órgão.

Albuquerque explicou que as propostas não envolvem o uso de dinheiro público, mas a melhora do ambiente de negócios. Ele citou duas iniciativas consideradas prioritárias que dependem do Congresso, a modernização do setor elétrico e os ajuste nas regras do mercado de gás natural.

Não mencionada inicialmente entre as prioridades da pasta, a aprovação do projeto de lei da capitalização da Eletrobras, que levará à perda do controle societário pela União, foi apontada posteriormente pelo ministro como uma das pautas urgentes do setor. A expectativa, segundo ele, é aprovar o projeto ainda neste ano e realizar a capitalização “no decorrer de 2021”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito e Francisco Góes — Do Rio

Título: Entidade do setor de petróleo prevê dois anos difíceis

O número de profissionais que trabalham em plataformas de óleo e gás e que foram infectados com a covid-19 chegou ontem a 186, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Diante da disseminação do coronavírus entre os petroleiros, as empresas se preparam para ampliar testes e evitar contágio maior entre funcionários. Ao mesmo tempo, a presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Clarissa Lins, afirma que o setor começa a se debruçar sobre o “pós-crise”, para garantir que a indústria esteja pronta para a retomada. Ela acredita que a recuperação se dará de forma “lenta e gradual” e imagina que o mercado terá dificuldade para se equilibrar nos próximos dois anos.

“Quando olhamos pelos próximos dois anos, imaginamos que o mercado não vai conseguir se rebalancear tão rápido, a depender do ritmo da retomada”, disse a executiva ao **Valor**. “O que estamos começando a trabalhar é qual o padrão de retorno ao trabalho. Temos uma ênfase em preservar atividades operacionais e não criar disrupção ao longo da cadeia.”

Juntas, as principais petroleiras globais que atuam no Brasil - ExxonMobil, Shell, Chevron, Total, BP, Petrobras e Equinor - vão cortar em US\$ 32,1 bilhões dos investimentos previstos para este ano no mundo. Para 2021, porém, ainda faltam elementos para projetar o cenário.

Para Clarissa, o momento é de incertezas sobre o timing e o padrão da retomada da indústria brasileira de óleo e gás e sobre em que patamar de preços o petróleo vai se equilibrar. “Dependerá de como o Brasil vai passar por esta crise do ponto de vista sanitário e, depois, do ponto de vista econômico.”

Diante das incertezas do mercado, o governo suspendeu, por ora, os leilões de áreas exploratórias e está revisando o calendário de rodadas para os próximos anos. “A incerteza é tão grande e o padrão da retomada é tão incerto que o adiamento dos leilões foi a decisão mais serena possível”, afirmou ela.

Do ponto de vista da segurança operacional, diante da crise sanitária, a presidente do IBP diz que as medidas de redução do efetivo nas plataformas e o pré-isolamento de petroleiros antes do embarque têm se mostrado “adequados”, mas que o setor mira o aumento das testagens.

“Temos um projeto embrionário para ampliar nossa capacidade [de testagem]”, disse. “O que as práticas internacionais mostram é que, quanto maior a capacidade de teste, maior a segurança do desempenho da atividade”, disse ela.

Já sobre o aspecto econômico e financeiro, Clarissa destaca que o Brasil está inserido na lógica dos mercados globais e, portanto, a indústria de óleo e gás local deve seguir a tendência mundial de cortes de investimentos e de custos.

“Isso se reflete no Brasil no padrão semelhante ao global, que é basicamente o anúncio de cortes de intenção de investimentos e de redução de despesas operacionais. Esse setor terá dispêndios inferiores àqueles inicialmente projetados. O atual nível de preços impõe revisão necessária de todos os projetos em carteira”, afirmou.

Com relação aos acordos de cortes de produção, frente à queda da demanda, a executiva elogiou a postura do Brasil nas rodadas de negociação internacional relativa à sobreoferta mundial de petróleo. “É bom que o Brasil seja visto como um interlocutor e que tenha deixado claro que não assume compromissos de corte de produção. Ficamos confortáveis com o posicionamento, de que não cabe ao Brasil dar a sua contribuição [para o corte]”, disse.

Diante do momento de desequilíbrio “sem precedentes” do mercado e das incertezas sobre o futuro da capacidade de investimentos das petroleiras, a executiva prega a necessidade de que o Brasil mantenha o seu ambiente de negócios competitivo. Ela pede que o arcabouço regulatório seja aperfeiçoado e simplificado, o que inclui a proposta do IBP para que todos os leilões do país sejam feitos sob o regime de concessão.

“O Brasil precisa ser percebido facilmente por todos os investidores como um local competitivo para atrair investimentos de longo prazo em óleo e gás e o fato de termos múltiplos regimes [partilha, concessão e cessão onerosa] não necessariamente ajuda a fazer interlocutores entenderem que temos no Brasil um ganho relativo de competitividade. Competimos com ‘n’ outros lugares [por investimentos]. Quanto mais simples e linear e mais claro e previsível [for o regime], melhor nos posicionamos nessa competição global”, disse a executiva.

Nesse sentido, ela afirmou que os órgãos reguladores têm reagido de “maneira adequada” aos pleitos da indústria, nesse momento de crise, ao ser questionada sobre a decisão da ANP de publicar esta semana um pacote de medidas de

flexibilização da regulação das atividades de exploração e produção. O pacote incluiu, por exemplo, a prorrogação da fase de exploração dos contratos das petroleiras por nove meses e a autorização para extensão do prazo no ciclo de auditorias das plataformas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petrobras usa leilões para reduzir estoques

Com queda da demanda por combustíveis, diante da crise econômica desencadeada pela pandemia do novo coronavírus, a Petrobras vem tentando se livrar de parte de seus estoques, nos últimos dias, por meio de leilões de diesel e gasolina no mercado. As cargas têm sido negociadas, segundo três fontes, com descontos agressivos nos preços.

Esse tipo de licitação não é uma novidade e, segundo a própria estatal, neste ano já foram realizados seis certames. A companhia recorre a eles quando tem excessos pontuais de produtos em suas refinarias ou quando quer fazer frente à concorrência de importadores num determinado mercado. A diferença, dessa vez, está na frequência maior das ofertas e no tamanho dos descontos - que lança dúvidas se a empresa não estaria praticando preços abaixo da referência internacional. A Petrobras nega.

“Dado que o preço final é determinado de forma ativa pelos próprios clientes, essa modalidade garante total alinhamento com o mercado internacional e, simultaneamente, com a percepção de valor de nossos clientes sobre o produto”, esclareceu, em nota. A estatal alega que detalhes de volumes e preços estão protegidos por sigilo comercial.

Nos últimos dias, os leilões têm se intensificado. O **Valor** apurou que a Petrobras realizou um leilão na semana passada, no Paraná, e um nesta semana, em São Paulo. Além disso, há previsão de novas licitações em breve, no Nordeste.

Em geral, as grandes distribuidoras, que possuem maiores infraestruturas e poderes de compra, são as principais vencedoras desses leilões. As licitações são voltadas para companhias que possuem contratos com compromissos de volumes mínimos. Normalmente, uma distribuidora costuma contratar uma

parte da sua demanda com a Petrobras e deixar uma “folga”, um volume não contratado, para negociar com importadores em condições de preços melhores. O que a estatal tem feito são leilões com descontos elevados, para atrair empresas interessadas em comprar com ela os volumes adicionais, não previstos em contrato.

Uma fonte do setor de distribuição afirma que a intenção da Petrobras é transferir parte de seus estoques para as tancagens de outras companhias. Mesmo com a queda da demanda, a fonte relata que há espaço na infraestrutura dos portos e que as distribuidoras, eventualmente, podem querer aproveitar os preços baixos para fazer estoques. O problema é que elas estão com o fluxo de caixa achatado demais para fazer grandes antecipações de compra e que ainda há muitas incertezas sobre o “timing” da recuperação econômica no país. “Uma hora essa estratégia vai saturar, porque as distribuidoras não têm estoque infinito”, comenta a fonte, que preferiu falar sob a condição de anonimato.

A tentativa da estatal de reduzir seus estoques se dá num momento de forte contração da demanda. Diante da queda das vendas, a petroleira tem lidado com excesso de produtos nas suas tancagens. Vale lembrar que, em certa medida, a empresa perdeu parte de sua capacidade de armazenagem após a privatização da BR, já que a petroleira deixou de ter ingerência sobre a gestão da infraestrutura do seu então braço de distribuição.

A alta dos estoques levou a Petrobras, nas últimas semanas, a reduzir o processamento nas suas refinarias. Segundo o **Ministério de Minas e Energia**, o parque de refino operava, no último dia 19, com 56% de sua capacidade. Em paralelo à queda da demanda, o mercado vive os efeitos do choque de preços do petróleo. Esse conjunto de fatores tem levado a companhia a fazer cortes expressivos nos preços nas refinarias. Desde março, quando a desvalorização da commodity se acentuou, a petroleira já reduziu em 24,3% o preço do litro do diesel e em 45,5% a gasolina.

A Petrobras esclareceu que, desde janeiro, vem realizando leilões pontuais de venda de diesel e gasolina, conforme previsto nos novos contratos com as distribuidoras, e que já realizou seis licitações em 2020. As operações são realizadas por meio eletrônico.

“A modalidade de venda por leilão é bastante comum em diversos mercados e decidimos utilizá-la com o objetivo de complementar a oferta regular de nossos produtos de forma eficiente, transparente e isonômica”, completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Inadimplência chega a 20% na distribuição de energia

O índice de inadimplência dos clientes das distribuidoras de energia está, em geral, entre 15% e 20%, de acordo com dados da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Antes da crise provocada pelo novo coronavírus, a taxa média era de 4%. O índice de inadimplência considera o valor arrecadado pela empresa em relação ao montante emitido na conta de luz.

Com relação à inadimplência, segundo fontes do setor, o indicador chegou a alcançar 30% em algumas concessionárias em meados de março, o que acendeu o sinal de alerta no mercado.

Empresas do setor também sofrem com sobrecontratação de energia, que deve chegar a 14% este ano

Segundo o presidente da Rege Consultoria e ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Tiago Correia, a taxa de inadimplência tende a reduzir um pouco em relação ao início da crise, conforme os consumidores vão se adaptando à nova rotina e percebendo que, no caso dos clientes residenciais, a suspensão de corte no fornecimento não implica a suspensão de multas e de iniciativas de cobrança. Por outro lado, estimou ele, os efeitos da crise devem durar mais do que os três meses imaginados inicialmente pelo setor.

Com relação ao consumo de energia, de acordo com a Abradee, o mercado das distribuidoras de energia recuou entre 12% e 15% neste momento, em relação a igual período do ano passado. “São dados que estamos verificando a cada dia”, afirmou o presidente da entidade, Marcos Madureira.

O aumento da inadimplência e a queda da receita frutos da crise causada pela pandemia do novo coronavírus são os fatores que motivaram a elaboração de uma linha especial de créditos para o setor de distribuição, em estudo pelo governo e a ser coordenado pelo BNDES com um sindicato de bancos.

“A inadimplência setorial juntamente com a queda do mercado, por causa da covid-19, são os dois principais problemas agudos de liquidez que precisam ser equacionados pelos empréstimos que estão sendo coordenados no âmbito da Medida Provisória 950/2020. Isso pode ser feito via o próprio empréstimo ou outras iniciativas da Aneel e do **ministério [de Minas e Energia]** para antecipar ou liberar recursos, o que reforça o caixa das empresas”, afirmou Correia.

Na quarta-feira, a superintendente da área de energia do BNDES, Carla Primavera, afirmou, em transmissão on-line promovida pelo banco ABC Brasil, que o empréstimo não é um socorro às distribuidoras, mas uma iniciativa com o objetivo de assegurar a solvência do setor elétrico. Isso porque as distribuidoras são a “porta de entrada” do fluxo de pagamentos da cadeia de energia.

O presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), que reúne principalmente investidores em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), Charles Lenzi, apoia o empréstimo. “Toda solução tem que ser implementada olhando para toda a cadeia”, disse. “As medidas estão caminhando na direção correta”.

Um grupo de 52 entidades setoriais da indústria e comércio, lideradas pela Associação de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), defende, porém, uma solução em que cada segmento da cadeia ceda um pouco. De acordo com o grupo, as medidas emergenciais em estudo pelo governo, somadas à conjuntura do mercado, podem provocar um aumento de 20% da tarifa de energia.

Além do aumento da inadimplência e da queda da receita, outro problema para as distribuidoras é a sobrecontratação, devido à queda do consumo. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estima que a sobrecontratação média das distribuidoras seja da ordem de 14% neste ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Crise muda perfil de geração elétrica

A pandemia da covid-19 e seus efeitos sobre o consumo de eletricidade alteraram o perfil de geração de energia nas últimas semanas. Segundo um levantamento da consultoria Kearney, feito a pedido do **Valor**, a menor demanda no Sistema Interligado Nacional reduziu fortemente a utilização de termelétricas. Mas esse mesmo cenário beneficiou a fonte solar, que continuou adicionando capacidade ao sistema e registrou aumento da geração.

Do início de março até 8 de abril, com as medidas de contenção da pandemia já em vigor, a geração das termelétricas diminuiu 19% em relação a igual intervalo de 2019, aponta o estudo. O movimento reflete a queda abrupta do consumo, que reduziu a necessidade de acionamento dessas usinas para equilibrar a intermitência das fontes renováveis. Nas últimas duas semanas, têm funcionado apenas as termelétricas com contratos “inflexíveis”, que geram o tempo todo.

Na contramão dessa tendência, a geração solar fotovoltaica foi beneficiada desde março, registrando crescimento de 23% na comparação anual. Segundo a Kearney, isso se explica pelo aumento da demanda residencial de energia, mais concentrada durante o dia, e também pela adição de capacidade ao sistema.

Esse último movimento foi observado, por exemplo, na geração distribuída. De acordo com dados da associação que representa o setor, a ABGD, a potência instalada da geração distribuída no país aumentou 378 megawatts (MW) entre março e 22 de abril, atingindo 2,78 mil MW.

Com relação a outras fontes, a eólica mostrou queda devido a condições meteorológicas menos favoráveis no período, enquanto nas usinas hidrelétricas e nucleares, a geração ficou estável.

“Quando houver normalização, a [geração] eólica volta a crescer, inclusive com capacidade entrando no sistema, e a solar segue em tendência de alta. Onde poderíamos ver uma diferença importante é nas hidrelétricas: a menor demanda é uma oportunidade para que o ONS [operador do sistema] recupere os reservatórios das usinas”, explicam Cláudio Gonçalves e Miguel Costa, responsáveis pelo estudo da Kearney.

O consumo de energia tem apresentado redução crescente desde que foram implementadas medidas de contenção da epidemia. Dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica mostram queda de 10% na média de consumo do SIN entre 18 de março e 10 de abril, em relação à primeira quinzena de março. Com exceção da classe residencial, a diminuição da demanda é generalizada, e mais intensa no mercado livre, que concentra grandes consumidores.

Esse cenário também tem se refletido nos preços. Segundo o estudo da Kearney, os preços de energia incentivada em contratos de longo prazo caiu 6% desde março. Já o PLD, referência do mercado à vista, recuou na casa dos 70% para todos os submercados do país, e tem permanecido no piso regulatório há algumas semanas. Para a consultoria, esse movimento dos preços sugere que a crise será duradoura e transversal para o setor elétrico.

Dependendo da situação econômica, a Kearney estima que a queda da demanda de energia pode chegar a 18% em 2020, gerando “sobreoferta” física, com excesso de oferta térmica e hidrelétrica. Esse cenário considera parâmetros conservadores, como retração de 6% do PIB, isolamento até julho e restrições até o fim do ano. Se confirmado, o tombo seria tão brusco que o país poderia levar três anos para retomar o nível de consumo pré-crise, calcula a consultoria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Reforço de álcool

A Diageo e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), por meio da BP Bunge Bioenergia, vão doar 21 mil litros de álcool 70% para a Secretaria da Saúde do Ceará. A multinacional de bebidas vai fazer o processamento industrial e o envase do álcool que saiu da usina Moema, no interior paulista, em 9 de abril, e percorreu três mil quilômetros até Fortaleza.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes, Letícia Fucuchima e Taís Hirata — De São Paulo

Título: Contra crise, Cosan reforça o caixa em R\$ 7 bilhões

Um dos maiores grupos empresariais do país, a Cosan está reforçando o caixa com R\$ 7 bilhões para fazer frente à crise desencadeada pela covid-19. Já foram levantados R\$ 5 bilhões e, neste momento, mais R\$ 2 bilhões estão sendo captados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O grupo também avalia que haverá oportunidades de crescimento orgânico e fusão ou aquisição passada a crise.

Segundo o presidente da Cosan, Luis Henrique Guimarães, algumas empresas sairão muito fragilizadas ou não sobreviverão, mas é cedo para supor quais oportunidades de negócio surgirão. “Estamos mais concentrados no lado orgânico e vamos esperar para ver o que vai surgir do lado inorgânico”, disse, lembrando que uma característica do grupo é “a capacidade de firmar parcerias

e gerar valor sem a necessidade de ter o ativo”. “Essa deve ser uma característica muito forte no nosso futuro.”

De acordo com o vice-presidente de Finanças da Cosan, Marcelo Martins, praticamente todos os negócios do grupo reforçaram o caixa, com exceção da Cosan S.A., que já vinha antes da crise com disponibilidade robusta. A abordagem, acrescentou, é “bastante conservadora” e os recursos serão usados para refinar dívidas com vencimento neste ano. Hoje, em termos consolidados, o caixa do grupo supera R\$ 17 bilhões.

Para fazer frente à queda de 50% nas vendas em volume da Moove, o ritmo de produção de lubrificantes foi reduzido a fim de evitar o acúmulo de estoques e pressão no capital de giro. Conforme Guimarães, uma das vantagens da Moove é que, ao contrário dos demais participantes desse mercado, os estoques ficam concentrados na empresa e não na distribuição. Assim, com a retomada da demanda, sua recuperação deve ser mais veloz.

Já a Raízen Combustíveis sofreu forte redução nas vendas, especialmente em grandes cidades, como Rio e São Paulo. “Mas temos visto um pequeno aumento na demanda nos últimos dias, com o afrouxamento do isolamento em alguns Estados e as pessoas saindo um pouco mais de casa”, comentou. No diesel, a queda foi menor do que na média dos combustíveis e ficou em 15%. Já em aviação, a baixa chegou a 80% com cancelamento da maior parte dos voos.

Conforme o executivo, a Raízen tem fornecido suporte e apoio à rede de revendedores, também por meio da entrega de informações e auxílio em relação aos programas lançados pelo governo para confrontar a crise. Apesar desse esforço, alguns postos não devem resistir. “As revendas mais capitalizadas, com as melhores localizações e que foram mais rápidas no ajuste de custos são as que terão melhores perspectivas daqui para a frente”, comentou. Por outro lado, operações menos eficientes terão seu fechamento acelerado pela crise.

Na Comgás, a pandemia resultou em queda do volume vendido a estabelecimentos comerciais e a indústrias. Mas a expectativa é que esse movimento seja compensado, em parte, pelas vendas a residências, que aumentaram entre 9% e 10%. O segmento vem ganhando importância nos últimos anos e representa, hoje, cerca de 35% das margens da companhia. “O impacto será muito maior em volume do que em margens”, afirmou.

No momento, o ponto de atenção para a distribuidora de gás natural são os pagamentos e contas a receber, que devem ser afetados, em algum grau, pela decisão do governo paulista de suspender por 30 dias os cortes de fornecimento a determinados consumidores. Guimarães ressaltou que essa iniciativa foi

estruturada com a colaboração da Cosan, que reconheceu a necessidade diante da pandemia.

A Comgás tem monitorado a questão dos pagamentos mas não prevê, por ora, um impacto relevante. Tampouco espera grandes dificuldades para cumprir com o plano regulatório. “Acreditamos que conseguiremos cumprir com o plano regulatório de investimentos, conexão e, muito provavelmente, o de volumes. Se houver desequilíbrio, como consequência das medidas tomadas na pandemia, conversaremos com a agência regulatória e o governo para endereçar isso”, disse Guimarães.

Num momento de retomada após a pandemia, a Comgás vê espaço para aumento das conexões residenciais por parte de consumidores que tiveram dificuldades com o desabastecimento de GLP. “Potencialmente, quando o mercado voltar, [vemos] um ambiente favorável para conexões residenciais por causa da experiência que tiveram durante a pandemia sem gás canalizado”, disse.

Desde março, a Comgás passou para o guarda-chuva de uma nova empresa, a Compass Gás e Energia, criada para reunir ativos e projetos de gás natural e energia elétrica da Cosan. O grupo reconhece que alguns planos para a Compass tiveram de ser adiados, como os que envolvem geração térmica a gás, já que os leilões do governo foram postergados indefinitivamente. Mas a companhia frisou que a aposta no mercado de gás está mantida, e que têm planos de longo prazo para o setor.

Na outra ponta, a empresa de logística Rumo foi o negócio menos afetado na carteira do grupo. Segundo Guimarães, a companhia se beneficiou da boa safra de grãos e conseguiu manter as obras de ampliação de seu terminal ferroviário em Rondonópolis (MT). “O trabalho de construção deverá ser concluído no próximo mês”, afirmou.

O executivo disse ainda que a Rumo terá caixa suficiente para financiar seus investimentos. Questionado por analistas sobre a renovação da Malha Paulista, que voltou a sofrer questionamentos da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) nos últimos dias, o executivo disse que todo o trabalho que cabia à empresa já foi realizado, e que agora trata-se de uma questão de “governança no governo”. “É uma questão entre TCU e ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres]”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/04/2020****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo****Título: Vendas de aço voltam a 1995 e setor pede reativação econômica**

A chegada de abril para os fabricantes de aço no país foi de total desespero: as vendas despencaram tanto, que voltaram ao patamar de 25 anos atrás. Os grandes clientes, como fábricas de autopeças, automóveis e de máquinas e equipamentos, pararam de fazer pedidos, pois estavam paralisando suas operações. Outros consumidores também reduziram demanda - construção civil e infraestrutura e linha branca.

“Estamos vivendo uma crise de demanda com uma profundidade nunca vista antes”, disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil ao **Valor**. Segundo ele, as usinas de aço no país estão operando com 41% da capacidade instalada, um terço menor do que os 62% que estava no início do ano. “Se consideramos que 80% é o nível de uma operação saudável para essa indústria, estamos na metade disso”, comentou Lopes.

Neste mês, informou o dirigente, a queda nas vendas internas de aço será de 50% ante o volume comercializado em março, próximo de 1,5 milhão de toneladas. O executivo acrescenta que o segundo trimestre, frente ao primeiro, vai registrar um recuo de 40%. “Para o ano, a previsão é de 20% de queda, podendo se agudizar se houver demora na implementação de um plano de retomada da economia do país”, diz.

No cenário de hoje, afirma, um dia é curto prazo, uma semana médio e um mês é longo prazo.

De acordo com o executivo, em abril as vendas projetadas são de 735 mil toneladas de produtos siderúrgicos laminados no mercado brasileiro. Esse número equivale ao que foi comercializado no mesmo mês em abril de 1995 e pouco abaixo das 751 mil toneladas de dezembro de 1998. “Como pode uma indústria de aço, como a brasileira, se manter com um mercado consumidor nesse volume por mês?”, afirma Lopes.

Atualmente, informa o executivo, há vários altos-fornos paralisados ou em fase de desmobilização - conforme noticiado pelas empresas, dois da Usiminas, um da Gerdau, dois da ArcelorMittal e outros à base de carvão vegetal, além de uma aciaria e laminação de Cubatão, ambas da Usiminas. No segmento de aços longos, material usados na construção civil e imobiliária, ArcelorMittal e Gerdau desativaram vários fornos elétricos e laminações de aço.

“A crise de demanda é dramática e o setor já enfrenta 20% de inadimplência de clientes, com muitos postergando pagamentos de faturas por mais de 180 dias”, afirma o executivo do Aço Brasil. “Inclusive a Petrobras, que tem poder de acesso a crédito, está impondo postergação de entregas e pagamentos para o início de 2021”, acrescentou Lopes.

Além desse comportamento da estatal petrolífera, ao qual fez severa crítica, o executivo aponta que os grandes bancos do país continuam empoçando os recursos que teriam de repassar em créditos às empresas. “Informamos o ministro Paulo Guedes [da Economia], que o dinheiro não está fluindo para as empresas.”

Representantes da Coalizão Indústria, grupo de 13 setores da indústria de transformação do país, reuniram-se ontem à tarde com Guedes, por videoconferência, para discutir a situação enfrentada por eles em razão do impacto da covid-19, o problema do crédito e outras questões e também enfatizar que é o momento de retomar a atividade econômica.

Na reunião com o ministro, Lopes apontou que a indústria sairá muito fragilizada da crise e que outro embate será a China já recuperada, que já está indo ao mercado vender aço a baixo preço. Além disso, enfrenta mercados fechados nos EUA e Europa. O ministro admitiu, segundo ele, que é preciso ter um olhar para essa vulnerabilidade. “Eu sou um liberal, não gosto de fechamento de mercado. Mas reconheço que estamos numa operação de guerra”, afirmou.

Na próxima quarta-feira, dia 29, a Coalização tem a agenda marcada com o ministro Walter Braga Netto, da Casa Civil.

Lopes não poupa também os deputados federais. Disse que está na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei, nº 34, que trata de empréstimo compulsório de 10% sobre o lucro líquido das empresas, com argumento de angariar recursos para combate à covid-19. “É algo fora da realidade. As empresas já estão combatidas com problemas de liquidez.”

O executivo considera, que com regras definidas e adoção de todos os protocolos de segurança de saúde, é hora de fazer a roda da economia voltar a rodar, mesmo que de forma gradual. “Podemos seguir os padrões de vários setores que continuaram operando - os de atividades essenciais -, como o de plásticos, farmacêutico, construção civil e outros”.

Lopes diz que “a grande prioridade para o país é o combate à covid-19, porque saúde é o bem maior; e a segunda prioridade é o emprego”. Ele destaca que não prega uma retomada do zero para 100%, da noite para o dia, mas uma

definição de volta da atividade planejada e com segurança. Ao seu ver, se demorar muito a implementar um plano, o risco é de uma crise social em massa.

Os números do setor que vão ser divulgados hoje mostram que frente a fevereiro o desempenho de março foi de relativa tranquilidade - produção de 2,63 milhões de toneladas, ante 2,7 milhões. Na comparação com um ano atrás, queda de 8,2%. Consumo aparente de aço e vendas internas, na relação anual, houve recuo na faixa de 11%. No trimestre, o volume comercializado internamente e o de consumo aparente tiveram quedas inferiores a 1%. “A tragédia começou a acontecer na última semana de março, quando vários setores industriais começaram a parar, o comércio e serviços não essenciais foram fechados. A demanda por aço desabou dali em diante”, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/04/2020

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: CVM nega incluir provas em caso sobre a estatal

O processo analisa a conduta de ex-membros do conselho de administração da petroleira no primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) negou um pedido do diretor Henrique Machado para incluir novos documentos e para produção de provas extraordinárias em processo sancionador envolvendo a Petrobras. O caso analisa a conduta de ex-membros do conselho de administração da petroleira no primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff. O julgamento foi iniciado em dezembro de 2018, mas foi suspenso após o pedido de vistas de Machado. A demora na retomada do caso incomoda a atual direção da empresa, conforme noticiado pelo **Valor** em fevereiro.

No entendimento do diretor, as novas provas seriam capazes de “modificar significativamente o atual contexto decisório do processo”, por conterem depoimentos que não foram tomados pela área técnica da CVM originalmente. Machado desejava incluir nos autos, a pedido do Ministério Público, informações sobre a ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra ex-executivos da petroleira. Estes documentos contêm, por exemplo, depoimento da ex-presidente da estatal Maria das Graças Foster. O diretor

havia indicado a inclusão de investigação do Tribunal de Contas da União sobre a política de preços da Petrobras desde 2002 para complementar as provas.

O processo teve origem em reclamações feitas por investidores que questionaram a legalidade da política de preços da Petrobras entre 2011 e 2014 e, particularmente, a regularidade da conduta dos administradores e do acionista controlador da companhia em relação à manutenção dos preços dos derivados de petróleo no mercado doméstico, abaixo dos preços praticados no mercado internacional.

Entre os acusados estão o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega; a ex-ministra do Planejamento e ex-presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) Miriam Belchior; e o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Luciano Coutinho. Também respondem os ex-conselheiros Francisco Roberto de Albuquerque, Marcio Pereira Zimmermann, Sérgio Franklin Quintella, Jorge Gerdau Johannpeter e José Maria Ferreira Rangel.

O julgamento na CVM começou em 13 de dezembro de 2018. O relator do caso, Pablo Renteria, votou pela absolvição dos acusados. Na ocasião, Machado pediu vistas do processo e meses depois pediu inclusão dos documentos.

O mandato de Renteria encerrou-se em 31 de dezembro de 2018, e a diretora Flávia Perlingeiro assumiu como relatora do caso. Os acusados manifestaram-se contra o pedido para inclusão de novas informações. Sustentaram, por exemplo, que as diligências adicionais eram repetitivas.

Ao analisar o pedido, a diretora entendeu que o conteúdo não alterava significativamente “o contexto fático-probatório do processo”. Quanto às informações do TCU, Flávia entendeu que não seria possível afirmar se conteriam ou não fato novo ou prova relevante.

Na prática, com a decisão, o diretor Henrique Machado deve proferir seu voto com base nas informações já existentes no processo. Ainda não há previsão para retomada do julgamento. O **Valor** apurou que deve ocorrer até o fim do semestre, junto com outros cinco processos envolvendo a petroleira. Em todos eles, Machado é o relator.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/04/2020****Seção: Brasil****Autor: Bruno Villas Bôas e Arícia Martins — Do Rio e de São Paulo****Título: Sudeste, Norte e Nordeste devem liderar queda do PIB neste ano**

Com a abrupta paralisação da atividade desde meados de março devido ao novo coronavírus, o Produto Interno Bruto (PIB) deve recuar em todos os Estados brasileiros em 2020, especialmente no Sudeste e no Nordeste, segundo cálculos da consultoria Tendências. Já a 4E Consultoria projeta que a região Centro-Oeste escape de um PIB negativo em 2020, graças ao desempenho do agronegócio.

No cenário da Tendências, o PIB deve recuar 4,1% neste ano na média nacional. Já a 4E trabalha com redução de 2,3% da economia brasileira em 2020.

Região mais rica do país, o Sudeste deve ver o PIB encolher 4,3% no ano, afetado por setores considerados pró-cíclicos, como o automotivo e o de metalurgia, além da atividade de mineração, calcula a Tendências. O PIB de São Paulo deve ter um dos piores desempenhos do país no ano, com contração de 5,1%.

O economista Lucas Assis explica que, além de serviços e comércio, setores industriais sensíveis à dinâmica econômica devem mostrar retração no Estado. A consultoria cita paralisação de montadoras como Ford, GM, Honda e Volkswagen, além da interrupção de plantas industriais de máquinas e equipamentos da JCB e da John Deere.

Também no Sudeste, as economias de Minas Gerais e do Espírito Santo devem recuar 4,8% e 4,3% neste ano, respectivamente. Os fracos desempenhos são explicados, em parte, pela menor produção de minério de ferro nos Sistemas Sudeste e Sul da Vale, além da redução das operações da metalurgia em fábricas da Gerdau, Usiminas e Arcelor.

Apesar do grande peso da atividade de serviços na economia fluminense, a Tendências acredita que o PIB do Estado do Rio de Janeiro terá, possivelmente, uma queda relativamente amena em 2020, de 2,3%. Por trás do resultado estaria o avanço da produção de petróleo e gás natural.

“A redução das cotações do petróleo está impactando a oferta doméstica, mas o Estado deve contar com o ‘ramp-up’ das plataformas inauguradas na Bacia de Campos, incluindo a P-68, e a entrada em operação de duas novas plataformas neste ano”, diz Assis, admitindo, porém, que o desempenho do PIB do Rio tem viés de revisão para baixo.

Já Luca Klein, analista da 4E, espera que a economia do Sudeste caia 2,2% este ano. “A região representa 60% do PIB nacional. Por isso deve ter desempenho parecido à média”, observa Klein. São Paulo concentra o maior número de casos de covid-19 (16,7 mil, mais de um terço do total do país), mas ao mesmo tempo serviços que continuam ativos, como os financeiros, de comunicação e informação, têm participação relevante na economia paulista, o que ajuda a amenizar a queda do PIB estadual, explica ele.

No entanto, a reação distinta de cada governo para conter o avanço da pandemia deve acentuar as disparidades no desempenho econômico de cada região, avalia Klein.

Camila Saito e Lucas Assis, da Tendências, lembram que todas as unidades da federação decretaram estado de calamidade pública, adotando medidas semelhantes de isolamento social. Em geral, serviços de saúde, supermercados, farmácias e postos de combustíveis ficaram abertos.

Na área industrial, as medidas de restrições adotadas foram diferentes entre os Estados. A maioria não limitou a atuação das fábricas, enquanto Minas Gerais, Piauí, Santa Catarina e Sergipe reduziram o pleno funcionamento. Ceará e Goiás paralisaram os segmentos industriais considerados de “necessidades não imediatas”.

“Apesar de a maioria dos Estados não ter uma restrição oficial, por parte do governo estadual, diversas fábricas decidiram espontaneamente interromper sua produção parcial ou integralmente, especialmente nos setores de veículos, máquinas e equipamentos, metalurgia, bebidas e vestuário”, acrescenta Assis.

Para a Tendências, o Nordeste deve ter o maior recuo do país, com queda de 4,6% do PIB em 2020. A consultoria lembra que a região é dependente do investimento público e da transferência de renda governamental, além de ser impactada pela produção industrial nos setores de transporte e de metalurgia.

Maiores economias nordestinas, Bahia (queda de 4,8%) e Pernambuco (contração de 4,7%) serão destaques negativos no período. Os Estados sofreram com a paralisação no segmento de transporte, como na fábrica da Ford na Bahia e na da Fiat em Pernambuco.

“A região tem elevado grau de informalidade no emprego e seus Estados devem sofrer fortemente os efeitos das paralisações no comércio e serviços, que ocupam mão de obra de menor qualificação. Por outro lado, a região deve ser a principal beneficiada pelo auxílio emergencial do governo”, explica Assis.

Já para Klein, da 4E, a retração econômica em 2020 será mais expressiva no Norte (-4,1%) do que no Nordeste (-3,4%). Isso porque a indústria de

transformação, fortemente atingida pela crise, representa 26% do PIB do Amazonas, maior economia da região. Na média do país, esse peso é de 12,4%.

Para a Tendências, nas demais regiões do país, a queda do PIB deve ser menos intensa do que o previsto para a média nacional: Norte (-3,8%), Sul (-3,7%) e Centro-Oeste (-3,1%). Neste último caso, a consultoria espera que o crescimento de 5% do PIB agropecuário compense parte das perdas da paralisação parcial de cadeias produtivas e da demanda das famílias, afetadas pelos receios do coronavírus.

Já Klein, da 4E, prevê que o PIB do Centro-Oeste terá expansão de 0,6% na média anual, impulsionado por avanço de 8,3% da parte agropecuária. “A região tem dinâmica diferente das demais, porque a parte agrícola vai puxar o setor industrial e o de serviços”, avalia ele.

Na região Sul, a economia deve diminuir 3,7% no ano pelas estimativas da Tendências Consultoria, ou 2,8% nos cálculos da 4E Consultores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/04/2020

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: BANDEJÃO DIRETO DE BRASÍLIA

Direto da fonte

PLANALTO

O restaurante do Palácio do Planalto, o ‘bandejão’, frequentado por ministros, políticos e servidores, segue aberto em Brasília, mas o funcionamento do buffet no quilo mudou por conta do coronavírus. Agora, é estilo take away, pegue e leve. Não há mais o self-service e o cliente é atendido por funcionários de máscaras. A comida sai em uma marmita de isopor. E o acesso é controlado para garantir distanciamento.

Esta semana, Walter Braga Netto chegou lá acompanhado de cinco pessoas da sua equipe. Sem máscara, o ministro-chefe da Casa Civil foi para a fila do bandejão logo após lançar o Plano Pró-Brasil, de ampliação de investimentos públicos para impulsionar a economia pós-pandemia. Segundo contou um observador à coluna, ele ficou animado com o cardápio do dia: lasanha, costelinha ao barbecue e o arroz e feijão de sempre.

Braga Netto – hoje principal articulador político do governo –, não foi abordado. Pegou seu isopor, talheres de plástico e saiu. O local em nada lembra a aglomeração habitual antes da covid-19. Bolsonaro esteve lá há um ano, com Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, e **Bento Albuquerque, das Minas e Energia**. Comeu churrasco e salada. E posou para selfies.

Eram assíduos no bandeirão os ex-ministros Santos Cruz e Floriano Peixoto Neto. Sergio Moro almoçou lá há três meses. Mas o primeiro escalão de Bolsonaro não tem frequentado o local – nem o presidente, que quando esteve lá prometeu ir uma vez por mês. Lula, Dilma e Temer nunca foram. No governo Temer, Sérgio Etchegoyen, ministro-chefe do GSI, de tão assíduo, tinha até mesa reservada e nome numa plaquinha. \CECÍLIA RAMOS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/04/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: O setor do etanol, outra vítima do coronavírus

Celso Ming

O petróleo não cai sozinho. Todos os mercados de energia também vêm sendo duramente atingidos. E um deles é o do etanol, produto estratégico no Brasil.

A principal condição técnica do etanol é a de que tem, por volume, apenas 70% do teor energético da gasolina, seu principal sucedâneo no uso dos motores a combustão (ciclo Otto). Antes da crise, os preços do etanol estavam ligeiramente abaixo do correspondente a 70% da gasolina. Na hora de encher o tanque do seu carro flex, o consumidor fazia uma conta sumária. Se os preços do etanol ficassem a 70% dos preços da gasolina ou abaixo disso, optava pelo etanol. Como, de dois meses para cá, os preços da gasolina caíram mais de 50%, o etanol já não consegue competir com a gasolina, por mais que as usinas comprimam seus custos.

Este é um problemão do setor, no momento exato em que começa a safra da cana-de-açúcar no Centro-Sul. Para todo o Brasil a produção para o período 2019/2020 está estimada em 643 milhões de toneladas, 3,6% superior à do período anterior. O açúcar, outro produto derivado da cana, ainda proporciona um retorno maior do que o etanol porque os maiores concorrentes internacionais do Brasil, especialmente a Índia e a Tailândia, vêm tendo sua produção e sua logística desorganizadas pela reação ao ataque do vírus.

Nos últimos anos, a produção de açúcar no País correspondeu a aproximadamente 35% do total da sacarose obtida com a moagem da cana.

Neste ano, as usinas integradas (as que podem produzir tanto etanol quanto açúcar) poderão aumentar a participação de açúcar no total. Mas, em todo o setor, essa participação não deverá ser superior a 45% do total.

De todo modo, a vantagem do açúcar sobre o etanol, reforçada agora pela alta do dólar no câmbio interno, que aumenta o faturamento em reais do produtor com suas exportações, está longe de compensar o rombo produzido pelo mergulho dos preços do etanol.

Afora isso, há o passivo anterior. Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), observa que as empresas do setor começaram a safra deste ano com alto nível de endividamento, consequência do custeio a que foram obrigadas para modernizar suas lavouras e aumentar produtividade, prejudicada pela crise de 2015.

Das outras vezes em que a competitividade do etanol resvalou para abaixo da paridade técnica com a gasolina, a solução foi adicionar álcool anidro à gasolina. (Não confundir com o etanol hidratado, o combustível dos veículos movidos unicamente a etanol.) Mas, hoje, essa mistura atingiu 27% na gasolina comum, já no teto do admissível, de modo a não prejudicar os motores não adaptados para operar tanto com gasolina como com etanol.

Outra proposta, defendida pelo ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, é acionar a Cide, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. A Cide não é um imposto destinado a arrecadar, embora também arrecade. Seu objetivo é funcionar como válvula reguladora do mercado. Quando aplicado sobre combustíveis, seu objetivo é restabelecer a paridade entre eles, de maneira a reequilibrar o mercado. No caso, a sugestão do ex-ministro é encarecer a gasolina com a Cide, de maneira a restabelecer o espaço do etanol no mercado. O problema aí é que os preços dos derivados do petróleo vêm tendo comportamento maluco, a ponto de não permitir a definição da alíquota apropriada para a Cide. Rola ainda a proposta de aplicar a Cide para desonerar o setor de contribuições trabalhistas, mas esse é outro assunto.

Outras opções de política compensatória não passariam de paliativos. A atual ministra da Agricultura, Tereza Cristina, vem defendendo a redução da contribuição do PIS-Cofins cobrada sobre o etanol. E Pádua Rodrigues, da Unica, sugere a redução dos juros no financiamento dos estoques.

Nenhuma dessas propostas reverte o problema mais grave, que é a derrubada do consumo de combustíveis nesta temporada de isolamento da população e de brutal queda da atividade econômica. Enquanto a economia não voltar ao normal e enquanto não houver um mínimo de estabilidade no mercado de

petróleo, também não haverá clareza sobre o que esperar do setor e como consertar os estragos causados pela crise. / com Guilherme Guerra

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/04/2020

Seção: Colunas

Autor: FERNANDA GUIMARÃES, ANNE WARTH, ALINE BRONZATI, ANDRÉ VIEIRA E CYNTHIA DECLOEDT

Título: Covid-19 leva Grupo Sices à recuperação judicial

Coluna do broadcast

Na esteira dos impactos da pandemia do novo coronavírus, a empresa de energia solar Sices pediu recuperação judicial para negociar dívidas da ordem de R\$ 600 milhões. Criado em 2013, o Grupo Sices Solar fabrica e vende equipamentos projetados para a conversão de energia solar em eletricidade e chegou a faturar cerca de R\$ 1,5 bilhão no ano passado, diante da crescente demanda no País. Por conta disso, em 2019, expandiu operações e abriu filiais em Hong Kong, México e Itália. Com a pandemia, contudo, a empresa viu a demanda minguar e muitos clientes, para piorar, suspenderam os pagamentos. Outro fator negativo foi a escalada do dólar. O grupo está sendo assessorado pelo escritório Nunes D'Alvia & Notari e pela consultoria X Infinity. Procurada, a Sices não comentou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/04/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack, Julia Chaib, Gustavo Uribe, Fábio Pupo e Daniel Carvalho/Brasília

Título: Guedes chama de PAC plano de retomada da ala militar

Pró-Brasil projeta que Estado vai usar obras públicas para gerar empregos

O ministro Paulo Guedes (Economia) chamou o programa Pró-Brasil da ala militar do governo de “um novo PAC”. A avaliação é uma referência ao Programa de Aceleração do Crescimento de gestões petistas.

O programa, iniciado por Dilma Rousseff ainda como ministra-chefe da Casa Civil do governo Luiz Inácio Lula da Silva, consumiu bilhões do caixa da União. O PAC terminou como um conjunto de obras paradas e inacabadas.

Essa crítica tinha sido apresentada por Guedes ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e a ministros em reunião no Palácio do Planalto na quarta-feira (22). Ela foi amplificada a secretários da Economia nesta quinta-feira (23).

Reservadamente, Guedes também comentou com auxiliares ter enviado uma mensagem por WhatsApp ao ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. O colega de Esplanada foi secretário de Previdência.

Segundo interlocutores do ministro, na mensagem, Guedes foi conciso: “Você foi desleal”. O ministro se considerou traído por Marinho, a quem tinha como aliado.

Para Guedes, o colega tem conhecimento da situação fiscal e orçamentária do país. Por isso, ele não poderia ter abraçado a causa defendida pelos militares.

A ala fardada do Planalto pretende levar adiante um programa que poderá ampliar em R\$ 215 bilhões os gastos públicos até 2024.

Esse é o valor em obras previstas pelos Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional em fase inicial ou paradas como forma de absorver desempregados trabalhadores que perderem emprego por causa da crise deflagrada pelo coronavírus.

A estimativa das duas pastas é que possam gerar até 18 milhões de novos postos.

Internamente, Guedes considera que não haverá espaço para as obras. Para ele, a saída é reativar empregos com as medidas emergenciais em curso, especialmente crédito para empresas.

O sentimento de traição aumentou quando Guedes soube da proposta que Marinho deverá apresentar na primeira reunião do grupo de trabalho do Pró-Brasil, prevista para esta sexta-feira (24).

De acordo com os planos de Marinho, a que a Folha teve acesso, o ministério pretende avançar com 20,8 mil obras no país até 2024 — o que consumiria R\$ 184,4 bilhões em recursos do Orçamento.

Desse total, 9.400 obras seriam novas a um custo estimado de R\$ 157 bilhões, a maior parte do programa.

No entanto, os projetos seriam financiados com recursos do próprio Orçamento da pasta. Será necessário um reforço de R\$ 33 bilhões ao longo desse período, sendo R\$ 7 bilhões em 2020.

Em outra frente do plano, o ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) previu um conjunto de 70 obras a um custo estimado de R\$ 30 bilhões ao longo de três anos.

Tarcísio afirma que serão demandados R\$ 10 bilhões anuais por ano. Isso, em sua visão, representaria um pequeno acréscimo em relação aos cerca de R\$ 8 bilhões anuais de hoje.

Em conjunto, as duas pastas propõem uma suplementação orçamentária de R\$ 45 bilhões ao longo de três anos.

“Vamos ter um braço de obra pública menor, com um pequeno acréscimo orçamentário. Não adianta me dar R\$ 50 bilhões em orçamento por ano, temos de pedir o que tem condições de executar”, disse Tarcísio durante conversa com investidores transmitida pelo banco BTG.

Sobre Tarcísio, Guedes já sabia que ele defendia um plano de aumento de gastos públicos ao lado dos militares. Servidor de carreira na área de infraestrutura, Tarcísio ajudou na condução do PAC na gestão de Dilma.

O ministro da Infraestrutura, que também é militar, foi o único a participar da cerimônia de anúncio do Pró-Brasil. A pedido de Bolsonaro, o programa é comandado pelo general Walter Braga Netto (Casa Civil).

A exemplo do que ocorreu no PAC, o plano anunciado pelo governo é, em sua grande maioria, um apanhado de projetos existentes. As obras e o cronograma não foram detalhados.

Há dois pilares no programa. Cada um deles faz referência aos lemas da bandeira nacional — Ordem e Progresso.

O eixo chamado de Ordem prevê uma série de medidas regulatórias e jurídicas que possam tornar o país um bom ambiente de negócios para atrair investidores.

Nesse bloco constam projetos de lei que tramitam no Congresso, como os que preveem a modernização do setor elétrico e a criação do novo mercado de gás, ambos enviados pelo **Ministério de Minas e Energia**; o novo marco legal de saneamento, pelo MDR; e as normas que facilitam a construção de novas ferrovias, pela Infraestrutura.

A outra frente, chamada de Progresso, prevê a realização das obras.

Até o momento, só foram anunciados projetos com recursos públicos. No entanto, segundo Tarcísio, também haverá projetos em parceria com a iniciativa privada, as conhecidas PPPs.

Esses projetos não se confundem com a carteira de concessões e privatizações que são conduzidas pelo PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) e com previsão de contratação de até R\$ 252 bilhões caso todas as concessões sejam lançadas a tempo, o que dificilmente ocorrerá diante da crise global.

Logo após o anúncio do plano, autoridades do governo trataram de colocar panos quentes na relação com o Ministério da Economia.

Em entrevista no fim da tarde desta quinta, Braga Netto disse que houve “má interpretação, um desvirtuamento” do que ele apresentou no dia anterior, sem a presença de nenhum integrante da equipe econômica.

“A função da Casa Civil é coordenar a ação dos ministérios para que nós possamos ter aquela sinergia que eu falo. Ninguém falou em estourar planejamento já estipulado pelo Ministério da Economia. Não se falou em recurso. Vamos ver primeiro quais são as ideias”, disse o general.

O momento, segundo assessores de Guedes, é o de poupar recursos para ações emergenciais. Nesse sentido, o ministro trabalha com a ideia de ampliar gastos até o fim do ano com medidas que já estão em curso.

Incluir nessa conta mais obras levaria a uma crise econômica sem precedentes. Nem emitindo moeda e queimando parte das reservas cambiais, algo que está em análise, seria suficiente para cobrir o buraco.

O novo plano exigirá, necessariamente, uma revisão da lei que impôs um teto para o crescimento dos gastos em relação ao ano anterior.

A regra, somada ao fato de mais de 90% do Orçamento da União estar comprometido com despesas obrigatórias, deixa pouco espaço de manobra para investimentos públicos.

Entre os militares, a visão é que uma eventual tentativa de alterar essa norma pode contrariar Guedes a tal ponto que ele prefira abandonar o governo. Por isso, o discurso é que não se deve alterá-la.

Guedes, de perfil liberal, tem defendido que sua agenda de redução do Estado está suspensa momentaneamente. Porém, ela deve voltar assim que a crise do coronavírus passar.

VEÍCULO: O Globo**Data: 24/04/2020****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA, BRUNO ROSA E MARCELLO CORRÊA BRASÍLIA E RIO****Título: Com crise no setor, governo adia leilões de petróleo**

Ainda não há nova data para licitações de áreas do pós e pré-sal que ocorreriam no fim do ano. STF posterga ação sobre royalties

O governo adiou leilões de petróleo previstos para este ano por causa dos impactos da pandemia no mercado internacional de óleo e gás. A nova data ainda não foi definida, disse ontem o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Os leilões estavam previstos para o fim do ano. Um deles, o da sétima rodada, iria ofertar campos do pré-sal, pelo regime de partilha de produção. Já a 17ª, também adiada, ofereceria blocos fora do pré-sal, no regime de concessão.

Mas o governo manteve a chamada rodada permanente, de campos maduros, para pequenas empresas. Manteve também a previsão de vender os blocos remanescentes do leilão do excedente da cessão onerosa em junho de 2021.

Também por causa da pandemia o Supremo Tribunal Federal (STF) retirou de pauta julgamento que poderia mudar as regras de distribuição de royalties de petróleo e causar prejuízo de R\$ 56 bilhões ao estado e municípios do Rio. A Corte atendeu à pressão da bancada fluminense na Câmara e do governador do Rio, Wilson Witzel. O julgamento ocorreria na semana que vem. Uma nova data ainda não foi marcada.

PROJETOS SOB RISCO

O adiamento dos leilões era esperado pelo setor, já que, desde o início de março, a cotação do barril de petróleo do tipo Brent já recuou 40%, para cerca de US\$ 20.

—As empresas estão reduzindo investimentos em atuais projetos. Ninguém vai gastar dinheiro comprando novos campos—disse Marcelo de Assis, da Wood Mackenzie, prevendo que países como Guiana e México também devem adiar leilões. — A própria venda de ativos da Petrobras, como as refinarias, também vai atrasar.

Para Anderson Dutra, sócio-líder de Energia da KPMG, a depender da cotação do petróleo, além de adiar investimentos, as empresas também vão cancelar projetos:

— É incerto até mesmo pensar em leilões em 2021.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/04/2020

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO SÃO PAULO

Título: Dólar bate recorde, a R\$ 5,52, e mercado vê risco de nova escalada

Previsão de cortes de juros com pandemia e tensões políticas, como a possível saída de Moro, ampliam saída de investidores

O dólar fechou ontem em novo patamar recorde, saltando 2,2%, a R\$ 5,528, em mais um dia em que tensões no campo político e efeitos do novo coronavírus sobre a economia pressionaram o câmbio. Esses dois fatores têm ampliado a fuga de investidores estrangeiros do mercado local, fazendo com que os analistas já avaliem ser possível que a moeda americana atinja R\$ 6 este ano.

Pesaram ontem a notícia de que o ministro da Justiça, Sergio Moro, ameaçou pedir demissão e a expectativa de novos cortes na taxa básica de juros, a Selic. Na máxima, a moeda atingiu R\$ 5,53. Na Bolsa, o Ibovespa caiu 1,26%, aos 79.673 pontos.

Na semana, mesmo com o feriado de Tiradentes, o dólar já acumula alta de 5,7%. A principal causa tem sido a perspectivas de novas reduções na Selic, que já está na mínima histórica de 3,75% ao ano. Quanto menor a taxa de juros, menor é a atratividade do Brasil para investidores estrangeiros que aplicam nos títulos brasileiros, o que tende a elevar sua cotação.

Em reuniões virtuais com bancos, a cúpula do Banco Central vem sinalizando que, diante da recessão por causa do coronavírus, não faz sentido “guardar munição” na política monetária e deixar de atuar com toda a força na direção expansionista (isto é, com juros menores). Por isso, os investidores esperam que a Selic seja reduzida para 3% ou até 2,75% já na próxima reunião, no início de maio.

Diante disso, analistas começam a avaliar a possibilidade de a divisa americana começar a operar mais perto de \$ 6 do que de R\$ 5, segundo Pedro Molizani, operador da mesa de câmbio do Travelex Bank. Ele acrescentou que dados do BC mostram que US\$ 30 bilhões que estavam investidos no mercado brasileiro

deixaram o país este ano, quase sete vezes mais que no mesmo período de 2019.

Ontem, o dólar já abriu em alta, pressionado pela dinâmica dos juros. Mas a divisa ganhou ainda mais força com as tensões no campo político, depois de a imprensa publicar que o ministro da Justiça, Sergio Moro, ameaçou pedir demissão se o presidente Jair Bolsonaro trocasse o diretor-geral da Polícia Federal.

O dólar subiu em escala global. O índice Dollar Spot da Bloomberg, que mede sua força frente a uma cesta de moedas, subiu 0,15%. Mas com a turbulência política doméstica, o real liderou as perdas frente à divisa americana,

E a valorização sobre o real se deu apesar de intervenção extraordinária do BC, que vendeu ontem US\$ 1 bilhão no mercado futuro. As operações contiveram temporariamente a alta, mas o noticiário sobre Moro e Bolsonaro impulsionou de novo a moeda.

PETRÓLEO SE RECUPERA

Diante dessa tendência e da recessão global, os economistas do UBS previram que o dólar poderia chegar a R\$ 7,35 ao fim de 2021 no pior dos cenários, informou a agência Reuters.

O fracasso da pesquisa com o Remdesivir como alternativa no combate à Covid-19 anulou ganhos das Bolsas americanas, que chegaram a subir 2% pela manhã. O Dow Jones fechou com alta de apenas 0,17%.

O petróleo se recuperou pelo segundo dia, com a tensão entre EUA e Irã e a expectativa de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) cortem mais a produção. O WTI teve alta de 22,4%, a US\$ 16,87, e o Brent subiu 6%, a US\$ 21,61.

MME / ASCOM .